

O ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR COMO FONTE DE MEMÓRIA E HISTÓRIA DA CAPITAL BAIANA

Adriana Sousa Silva¹

RESUMO

O estudo discute e investiga a utilização da documentação manuscrita do Arquivo Histórico Municipal de Salvador como fonte de memória e história da capital baiana a partir da análise de uma mostra de 345 consulentes do setor de arquivos permanente e de três historiadores com publicações realizadas. Analisa a importância da preservação e disseminação da informação. Busca averiguar até que ponto o setor de arquivos permanentes dissemina informação e contribui para estimular a produção historiográfica de Salvador.

Palavras-chaves: Arquivo Histórico Municipal de Salvador; Arquivos públicos – Preservação; Arquivos públicos – Disseminação da informação.

INTRODUÇÃO

Escavações arqueológicas já demonstraram a existência de arquivos reais, religiosos, econômicos e privados na Alta Antiguidade. Constituídos para responder às demandas específicas dessa época, esses arquivos refletem, nos dias atuais, as atividades desenvolvidas por essas sociedades.

Os egípcios, gregos e romanos possuíam arquivos bem estruturados. Milhares de papiros egípcios descobertos em arquivos religiosos, locais ou privados alcançaram a nossa época. Contudo, os arquivos da Antiguidade foram mais bem organizados sob o Império Romano, porém com a queda do Império e o domínio bárbaro, inicia-se uma progressiva diminuição do ato escrito.

A restauração progressiva do Direito Romano no século XVII, se expressa no resgate da concepção de arquivos como um reservatório de provas e um arsenal de armas jurídicas destinados a proteger direitos e privilégios de reis e príncipes. Esta concepção de arquivo como instrumento de administração estará em pleno vigor até o fim do século XVIII. O interesse pelo valor histórico dos arquivos cresce em meados do século XIX.

¹ Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em História Social e Econômica do Brasil pela Faculdade São Bento da Bahia. drica_cind@hotmail.com

A Cidade do Salvador possui um universo de informações preservadas em seus documentos de arquivo. Esses documentos são custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS) e registram dados que narram a evolução da capital baiana durante o Brasil Colônia, o período do Império chegando até os dias atuais, a fase Republicana.

Ou seja, documentos tanto no sentido administrativo quanto cultural, refletindo as relações entre os governos, as organizações e as pessoas, tornando-se a memória viva e fonte de pesquisa e informação. Assim todas as realizações e transformações que a sociedade vem sofrendo ao longo de sua história exigem uma melhor preservação, para que gerações futuras entendam o processo das ações efetuadas pelo homem.

O caminho certamente se inicia com o resgate da construção da memória principalmente, através dos documentos primários que são custodiados nos arquivos, particularmente, os municipais. Daí decorre a importância desses arquivos e a justificativa da guarda dos documentos como representação do município na vida dos cidadãos.

A discussão deste estudo trafega, portanto sob a documentação textual manuscrita do Arquivo Histórico Municipal de Salvador como fonte de informação histórica e memória da primeira capital do Brasil.

Para subsidiar a análise faz-se necessário pesquisar sobre Arquivos Históricos e sua importância na preservação e disseminação da informação, em especial sobre o Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

Em virtude desse panorama analisa-se o acervo textual manuscrito custodiado pelo setor de arquivos permanente do Arquivo Histórico Municipal de Salvador como fonte para historiografia da capital baiana. O interesse pelo estudo nesse ângulo visa identificar se o AHMS, através do setor de Arquivos Permanentes, dissemina informação e contribui para estimular a produção historiográfica sobre Salvador.

A metodologia utilizada baseia-se na revisão de literatura e na pesquisa de campo, considerando o pressuposto que a disseminação de fontes de informação histórica se constitui um veículo de estímulo à produção historiográfica.

Busca-se ainda identificar através deste estudo a função do Arquivo Histórico Municipal de Salvador na preservação e disseminação de informações históricas, no resgate

da memória documental e no estímulo interno e externo da produção historiográfica sobre Salvador.

Além de analisar as estratégias de disseminação de informação do acervo textual, o estudo buscou identificar o perfil dos usuários que consultam os documentos no setor de arquivos permanentes, examinando a importância do conjunto documental para a historiografia produzida em Salvador ao passo que levantou a produção historiográfica realizada através do uso do acervo textual. Tendo como propósito conhecer os meios utilizados para preservar e disseminar a memória soteropolitana e conhecer a atual produção historiográfica realizada através do estudo do acervo textual custodiado pelo Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

ARQUIVOS HISTÓRICOS: CONCEITO E BREVE HISTÓRICO

A terminologia arquivística conceitua arquivo histórico como a instituição ou o serviço que tem por finalidade o recolhimento, a custódia, o processamento técnico, a preservação e a difusão de documentos – após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, que deverão ser preservados em caráter definitivo. (Brasil, 2005).

O conceito de arquivo histórico está tradicionalmente ligado à idéia de documentos antigos, valiosos pelo conteúdo e pela idade. Em concordância com Barros (2008) considero que os arquivos históricos não são mais somente um repositório de documentos de interesse para a produção histórica. Muito pelo contrário, os arquivos constituem um tipo de fonte de cultura e centros dinâmicos de informação ao desenvolver seu potencial informativo na disponibilização do seu acervo para construção de uma consciência histórica, preservação e divulgação dos documentos que relatam a própria evolução social, econômica e cultural dos povos no resgate da memória.

Para Bellotto os arquivos históricos, também denominados de arquivos permanentes, são formados por documentos produzidos, pelos vários órgãos da administração de um mesmo nível, seja municipal, estadual ou federal. E sua função principal é de “recolher e tratar documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados” tendo a obrigatoriedade e a responsabilidade de preservar o patrimônio arquivístico para as gerações futuras (BELLOTTO, 2007, p. 23).

Um arquivo permanente não se constrói por acaso. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia-a-dia administrativo, além de fontes não oficiais.

Um documento é histórico quando passada a fase ligada à razão pela qual foi criado (informação) e passa a ser utilizado para pesquisa histórica (testemunho), sendo útil para a administração e a historiografia, no sentido mais crítico e científico.

Dessa forma os arquivos são responsáveis pela guarda da produção administrativa que com o passar do tempo deixa de possuir apenas valor probatório e passa também a possuir um valor histórico constituindo-se como fonte para memória de uma cidade, de um povo, de uma cultura.

A IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS: GUARDA E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Um arquivo é de fundamental importância para a perpetuação do conhecimento adquirido de um povo ao longo de sua história. Porém um arquivo histórico não é somente um repositório de documentação que interessa à investigação histórica, é também o local onde são guardados e preservados os documentos, originados através de pessoas jurídicas ou físicas, que contribuem para manter viva a cultura de um País.

Através do arquivo, a população tem acesso aos documentos para pesquisar sobre os mais variados assuntos pertinentes a sua história, pois é uma das funções do arquivo a disponibilidade de informações contidas no acervo que se encontram sob sua custódia.

Ao longo do tempo, conferiu-se aos arquivos apenas a função técnico-administrativa de guardar e preservar os documentos. Isto é, de guardiões da memória. Essa guarda inclui atividades como o recolhimento, a organização e a preservação dos documentos “para o conhecimento da história local, regional e nacional [...] das diversas peculiaridades e regionalismos de um país de dimensões continentais como o Brasil” (SILVA, 2005, p. 14).

Da função de guardiões dos registros da memória, os arquivos evoluíram através das técnicas de tratamento e políticas de disseminação da informação, para a função social de mediadores entre os repositórios documentais e a demanda dos usuários, tornando-se

instituição de referência envolvida no tecido administrativo, social e cultura da sociedade em que está inserida.

A missão de preservação e transmissão de memórias individuais e sociais confere aos arquivos históricos um simbolismo e um papel estratégico na edificação da entidade de uma nação, de uma região. Apesar de toda a importância cultural e científica de um arquivo, existe um grande desconhecimento da população sobre as finalidades deste centro de informação, e devido a isso, são pouco utilizados em sua totalidade.

Um arquivo histórico tem a preocupação de salvaguardar e garantir a integridade de fontes para a história, funcionando como espaço de consagração de memórias, individuais e coletivas que enriquecem e incorporam a identidade da sua região; pois os símbolos de uma nação ou uma região não devem ser apenas a bandeira, o brasão de armas, o selo e o hino. Barros (s.d.) completa afirmando que “a identidade de uma nação, de uma região está embebida nas memórias entesouradas e em partilha por instituições de cultura, como [os] arquivos”.

A função primordial dos arquivos históricos é de recolher e tratar documentos públicos e de interesse público, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados. São os referidos arquivos os responsáveis pela passagem desses documentos da condição de “arsenal da administração” para a de “celeiro da história”, tendo também um papel determinante na formação de uma cidadania ativa e sólida, e na prestação de serviços públicos pelo privilégio de possuir um vasto espólio documental que abrange várias facetas da atividade humana.

A distância entre a administração e a história no que concerne os documentos é, pois, apenas uma questão de tempo. Isto quer dizer que os arquivos administrativos guardam os documentos produzidos ou recebidos por cada uma das unidades governamentais durante o exercício de suas funções. Esses documentos são, na realidade, os mesmos com os quais se valerão os historiadores, posteriormente, para colherem dados referentes ao passado, já no recinto dos arquivos históricos, que são a matéria-prima da história.

Para melhor disseminar a informação contida nestes documentos são importantes a descrição dos documentos e os instrumentos de pesquisa. Nesse contexto Cunha afirma que:

“a teoria arquivística indica como missão dos arquivos subsidiar os pesquisadores, favorecendo o seu acesso aos patrimônios documentais para

fins de pesquisa, tendo, no entanto, por função primeira preservar os documentos governamentais e servir de apoio à administração nas suas tomadas de decisões e só em segundo plano, o atendimento à pesquisa científica” (CUNHA, 2004, p. 21).

Assim, ao profissional da informação arquivística cabe não perder o conhecimento do seu papel no processo de disseminação da informação quanto a preparação dos instrumentos de pesquisa utilizados para disseminar o acervo, e principalmente no processo de descrição destes documentos. Pois uma descrição qualificada possibilita um acesso eficaz à informação e facilita a concepção e realização de atividades de divulgação dos preciosos registros fundadores do passado que servem para fundamentar o presente.

O ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR

A cidade de Salvador possui o Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS) como responsável pela gestão do patrimônio documental do poder municipal, bem como o estímulo à pesquisa histórica e cultural sobre a Bahia e particularmente sobre a capital baiana.

Porém para compreender a gênese do AHMS é indispensável conhecer a trajetória das principais bases legais que se constituem pano de fundo para que seja traçado o processo institucional arquivístico da cidade do Salvador.

O Arquivo da Cidade de Salvador tem sua origem nos primeiros momentos da vida administrativa da Colônia, mas as primeiras referências sobre a instalação de um arquivo na Câmara Municipal só aconteceu após a Proclamação da República, através da Lei nº 125 de 12 de dezembro de 1894. Em 22 de junho de 1915 durante reunião do Conselho Municipal, o Arquivo da cidade de Salvador passou a ser denominado, através do Projeto de Lei nº 44, Arquivo Municipal como instituição destinada a guardar e preservar o acervo histórico da cidade (Teixeira, 1982).

O *Arquivo Geral da Prefeitura* foi criado em 23 de novembro de 1931, através do Ato nº 112, como repartição autônoma com a função de recolher e conservar toda a documentação produzida pela administração municipal correspondentes ao antigo Senado da Câmara, no período colonial, bem como reunir a documentação dos arquivos de todas as repartições e serviços do município no período republicano.

Em solenidade festiva, às 16 horas do dia 10 de abril de 1932, contando com a presença do Interventor Federal Juracy Montenegro Magalhães, do Engenheiro Arnaldo Pimenta da Cunha, Prefeito da Capital, Secretários de Estado, demais autoridades e representantes de

várias instituições culturais e científicas o *Arquivo Geral da Prefeitura* foi inaugurado. Figuras como o Engenheiro Teodoro Sampaio, Doutor Pirajá da Silva e Martagão Gesteira registraram o acontecimento conforme Ata de inauguração. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 1932).

Também em 1932 ocorreu a aprovação do projeto de regulamentação do Arquivo, pelo Ato nº 39, de 11 de abril que conceitua o Arquivo como “uma repartição destinada a conservar, debaixo de classificação metódica e sistemática, todos os documentos concernentes a história do antigo Senado da Câmara, na era Colonial, e da Câmara Municipal, nos regimes Imperial e Republicano; bem como qualquer outros que a Prefeitura determinar que ali se depositem” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 1932).

Quanto à estrutura organizacional, o artigo 3º do mesmo Ato estabelece que o Arquivo Municipal seja dividido em três partes: legislativa, administrativa e histórica. E as espécies documentais que compõem cada uma delas são apresentadas nos artigos 4º, 5º e 6º do Ato.

Na parte histórica (art. 6º), por exemplo, deveriam ser arquivados:

- “a) todos os livros referentes à historia do município, como sejam: cartas regias, provisões, patentes, alvarás, termos de posses, registro de contas, cartas a S. Magestade, cartas do Governo, arrematações, termos de juramentos;
- b) os documentos referentes ao histórico do Patrimônio municipal, sesmarias e confirmações;
- c) os livros sobre a ação dos almotacés, alcaidarias, vereações, eleições;
- d) os documentos concernentes á criação de distritos urbanos e suburbanos; contas das antigas thesourarias do Senado da Câmara; e todos aquelles que se referirem a fundação de currais e de edificios públicos da Colônia a Republica;
- e) os papeis e documentos que não tiverem classificação especial;
- f) os regulamentos, relatórios, memoriais, devassas, exames ou investigações de qualquer gênero;
- g) mapas e plantas da cidade, de terras do patrimônio municipal, planos, desenhos roteiros;
- h) os livros e documentos que tiverem pertencido as repartições extintas;
- i) os modelos ou exemplares de patentes, cartas de diplomas conferidos a Prefeitura em qualquer certamen;
- j) as medalhas que tenham sido cunhadas para comemorar assumptos patrióticos ou para prêmios de serviços;
- k) todos os documentos historicos de qualquer natureza” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 1932).

Em razão de reformas administrativas do Poder Executivo Municipal, desde 1944 aos dias atuais o modelo institucional do Arquivo foi alterado diversas vezes. As consecutivas mudanças favoreceram a descaracterização da função institucional de um Arquivo Público de gerir, preservar e disponibilizar o acesso aos documentos produzidos e recebidos pelo, no caso, Poder Executivo do município de Salvador.

Com o passar do tempo, o Arquivo foi perdendo sua identidade, alterou de nome várias vezes, sofreu muitas reformas, restringiu, ampliou e mudou de sede em diversas épocas².

Perdendo autonomia, o Arquivo, em 04 de março de 1959, através da Lei nº 912 foi reduzido a nível de Seção. Situação modificada apenas após 11 anos (em 1970) quando o Arquivo é elevado a Divisão, sendo subordinado ao Departamento de Cultura e Arquivo. Em 1977, volta à condição de Seção através do Decreto nº 5.266/77; sendo absorvido pela Fundação Gregório de Mattos – FGM em 23 de maio de 1986, através do Decreto nº 7.622, e recebendo a denominação de Histórico.

O Regimento da FGM, aprovado em 19 de julho de 1991 e publicado pelo Decreto nº 9.040, eleva o Arquivo à condição de Gerência. Em seu art. 10 estabelece que a Gerência do Arquivo Municipal tem por finalidade “a gestão do patrimônio documental do Poder Municipal, bem como o estímulo à pesquisa histórica e cultural sobre a Bahia e particularmente sobre Salvador” (SALVADOR, 1991).

A partir desse momento, o Arquivo Histórico passa a ter a finalidade de recolher, preservar, manter organizado e divulgar o acervo composto por documentos de valor permanente do Poder Municipal; tendo a sua estrutura organizacional constituída por quatro setores: Arquivos Permanentes; Arquivos Correntes e Intermediários; Arquivos Impressos e Biblioteca; e Arquivos Audiovisuais.

Em 23 de março de 1998, através do Decreto nº 11.951, o estatuto da FGM foi alterado. No artigo 2º do capítulo II, estabelece que a FGM tem a finalidade de “formular e executar a política cultural do município de Salvador”. Entre as competências da instituição, duas se referem mais especificamente à área arquivística: os incisos II, “preservar [e] divulgar o patrimônio histórico-cultural”, e V, “promover, desenvolver e administrar atividades [do] arquivo histórico” (SALVADOR, 1998).

Também no ano de 1998, foi alterado o regimento da FGM, através do Decreto nº 11.962 e a finalidade da então denominada Gerência de Arquivos e Bibliotecas – GERARB passa a ser “a gestão do patrimônio documental [...] do Poder Municipal, bem como o estímulo à pesquisa histórica e cultural sobre Salvador” (SALVADOR, 1998).

² Alguns exemplos: Em 14 de fevereiro de 1944, através do Decreto Lei nº. 253 passou a denominar-se Diretoria do Arquivo e Divulgação; no ano de 1947, em 08 de abril, o Decreto Lei nº. 641 transforma-o em Arquivo, Divulgação e Estatística, como diretoria.

O Acervo: O Caso do Setor de Arquivos Permanentes

Salvador, a primeira cidade fundada na América Portuguesa, é guardiã de um dos mais antigos arquivos do Brasil, resguardo da memória do povo e fonte inesgotável da historiografia baiana. Os seus valiosos documentos, considerados bens culturais da cidade, são estudados por pesquisadores nacionais e estrangeiros, ávidos de conhecer e reconstituir os fatos históricos.

O núcleo documental que deu origem ao AHMS representa a memória político-administrativa da cidade, mostrando sua evolução urbana, social e cultural. Bem como o registro de memória local e testemunho da cidade. Esse patrimônio documental é de valor inestimável como subsídio aos estudos da evolução histórica de Salvador, como registro do desenvolvimento social, político, econômico e cultural do Brasil.

Trata-se de documentos primários que retratam o processo administrativo e histórico que a sociedade brasileira sofreu desde a época colonial, registrando a vida política e funcional da administração municipal, relatando o desenvolvimento econômico, social e cultural da capital baiana, enfatizando o papel de centro de descoberta acadêmico científico e guardião de um dos mais antigos arquivos do país.

O acervo do AHMS é composto por documentação de valor permanente e possui reconhecido valor histórico-cultural compreendendo os séculos XVII ao XX.

A acumulação dos documentos que formam o acervo que compõem hoje o AHMS começou em 1549 com a construção da Câmara Municipal como local de despacho do governador. Os manuscritos que compõem o patrimônio do Arquivo representam fontes para pesquisa e importante conjunto documental para resgate da memória de um povo e para a historiografia brasileira, pois em Salvador deu-se início a história do país.

O acervo textual do Setor de Arquivos Permanente do AHMS, avulso e encadernado, corresponde a 320 metros lineares e é composto por documentos referentes às atividades administrativas dos órgãos responsáveis pelos Poderes Executivo e Legislativo da cidade de Salvador dividida em 03 (três) fundos administrativos: Câmara Municipal, Intendência Municipal e Prefeitura Municipal, organizados em função das características políticas e históricas que o Brasil sofreu nas diversas fases de sua história.

Para uma melhor compreensão da hierarquia e organicidade dos documentos os fundos são subdivididos em seções, que são subdivididos por sua vez, em séries documentais.

Com a evolução urbana e política da cidade do Salvador, o organograma funcional da administração municipal sofre modificações para atender às necessidades dos serviços prestados à população, que vem crescendo gradativamente. O próprio crescimento da cidade requer a criação de vários órgãos públicos que venham a organizar o crescente desenvolvimento econômico e social que a primeira capital do Brasil vem enfrentando desde a sua fundação, gerando assim novas seções e séries documentais dentro do arranjo estabelecido para organização do acervo.

Compõem também o acervo do AHMS os documentos pertencentes aos fundos especiais: Certidões (casamento, nascimento e óbito), Escrituras de Compra e Venda de Escravos e documentações Eleitorais, compreendidos entre os séculos XVI e XX.

Visando a disseminação da informação, instrumentos de pesquisa como um inventário sumário que descreve parcialmente as séries documentais dos fundos custodiados pelo setor, um guia dos fundos administrativos (em fase de revisão) que têm intenção de atingir o grande público por conta da linguagem utilizada proporcionando uma visão do conjunto documental do setor e um banco de dados informatizado via web (em alimentação), são disponibilizados aos consulentes do setor de arquivos permanentes no auxílio da identificação, rastreamento, localização e utilização dos documentos.

HISTÓRIA & MEMÓRIA

A distinção entre Memória e História, nas percepções de Ulpiano Menezes e Rosa Silveira (Rosado, 1997, p. 12), se faz necessária na medida em que se estabelecem os campos de atuação de ambas, evitando-se “certa fusão e confusão” entre as mesmas.

Memória, segundo Rosa Silveira (Rosado, 1997) é evocação, fixação e registro de imagens e acontecimentos, voluntária ou involuntariamente provocados por determinados estímulos aos sentidos de possibilitar a elaboração de certa identidade para quem a evoca, seja um indivíduo ou um grupo social.

Após a revolução francesa, a memória passou a ser fonte de inquietação intensa. Para Le Goff (2003, p. 419) ela é definida como “um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas”.

Essa construção feita do passado é sempre tributária da intermediação do documento. Os documentos escritos são uma das formas de expressão da memória, tendo estes, como função, o armazenamento de informações que permitem a comunicação através do tempo e do espaço, além de assegurar a passagem da esfera auditiva à visual.

Os documentos são aplicações materiais da memória coletiva e da sua forma científica – a história, além de ser uma expressão da memória coletiva assim como o arquivo. Estes documentos que expressam a memória são guardados, acondicionados, classificados em lugares como o AHMS, detentores de uma memória coletiva que servirá de suporte a constituição da história das instituições e da identidade de um povo.

Na discussão acerca do conceito de memória aplicada aos arquivos os autores Rousseau e Couture quando que desde a mais Alta Antiguidade o homem sentiu necessidade de conservar a sua própria memória sob forma oral, desenhos e símbolos gráficos. Para eles a memória registrada e conservada constitui a base de toda e qualquer atividade humana e “a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem arquivos” (1998, p. 34).

A História também se realiza pela evocação, fixação e registro dos acontecimentos, mas guarda algumas diferenças em relação à Memória; porque a história é uma operação voluntária, em que os procedimentos são predominantes racionais, metódicos e sistemáticos. Já, na Memória, prevalece a espontaneidade e a incoerência. Enfim, a Memória narra, a História narra e explica (Rosado, 1997)

A história surgiu, com esse nome, entre os gregos antigos, que designaram com esse termo a “pesquisa” sobre as origens dos conflitos e contradições de sua época. A história, como estudo do passado, deriva por tanto de uma busca da compreensão do presente e, por metáfora, passou a ser designada como estudo do passado. A história como relato do passado, tinha, pois, um caráter ético no sentido que impulsionava os homens a agirem em certa direção.

Os documentos escritos são o sinônimo da história, e foi com o desenvolvimento dos critérios e dos procedimentos de crítica e análise das fontes, entre o fim do século XVIII e

início do XIX, que a história ganhou autonomia diante da filosofia e das ciências humanas e, em relação a estas últimas, reivindicou semelhante estatuto de cientificidade. Le Goff (2003, p. 530) ressalva que a “história faz-se com documentos escritos [...] quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se [...] quando não existem”.

Nunes completa afirmando que o documento é “a fonte de informação de que o espírito do historiador sabe tirar qualquer coisa para o conhecimento do passado humano, encarado sob o ângulo da pergunta que lhe foi feita”. (NUNES, 1989, p. 18)

Tomando como ponto de partida a noção de que o que sobrevive como memória coletiva de tempos passados não é o conjunto dos monumentos e documentos que existiram, mas o resultado de uma escolha efetuada pelos historiadores e pelas forças que operaram em cada época histórica (Le Goff, 2003) estudaremos a importância das fontes documentais manuscritas custodiadas pelo setor de arquivos permanente do AHMS para a memória e para a história da cidade de Salvador.

FONTES DOCUMENTAIS MANUSCRITAS PARA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA CIDADE DE SALVADOR

Os Arquivos são, geralmente, os guardiões da memória coletiva e os locais onde os documentos são guardados, acondicionado, arranjados e disponibilizados para o acesso ao público. Importantes detentores de documentos que ao longo das épocas e dos regimes favorecem o exercício do poder, para o reconhecimento dos direitos e registro da memória que servirão de suporte para utilização futura na constituição da história, além de auxiliar a administração, o direito, a cultura e a informação.

O valor histórico dado aos registros documentais é devido à importância que este possui no testemunho dos fatos sucedidos permitindo ao pesquisador dar-se conta do vivido no passado, identificando as relações estabelecidas e as transformações ocorridas, além de compreender a gênese e o percurso dos processos presentes.

Os documentos guardados nesses arquivos são os instrumentos, subprodutos e as provas fundamentais para conclusões e inferências dos resultados de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época e da sociedade que os produziram.

Estas fontes, que têm a capacidade de registrar e preservar as ações e os atos de seus criadores, são resultados dos esforços das sociedades históricas em impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – a origem e o crescimento de uma nação.

É a partir da consulta aos documentos primários custodiados pelo setor de arquivos permanente do AHMS que se têm contato com o passado da capital baiana e se pode compreender seus fatos e contar sua história, mantendo viva a memória soteropolitana.

Do rico acervo do Setor de Arquivos Permanente do AHMS coletados espaçadamente ao longo dos anos destacamos para a memória da história de Salvador os fundos documentais Câmara, Intendência e Prefeitura Municipal, tendo como consultas mais frequentes as séries documentais Atas da Câmara, das Posturas Municipais, das Cartas à sua majestade e os documentos referentes a escravidão e a obras públicas.

Para melhor refletir a importância desses documentos na construção da história e da memória desta sociedade destacamos 03 (três) historiadores, que através do levantamento de dados e informações para construção dos fatos de uma época, fizeram uso das fontes documentais primárias que compõem o acervo do Setor de Arquivos Permanentes do AHMS no desenvolvimento de publicações.

Kátia M. de Queiroz Mattoso

Publicação	Fontes Consultadas
Bahia: A Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1978.	Posturas Escritura de compra e venda de escravos Celeiro Público
Da revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: Itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.	Cartas Régias Cartas do governo à Sua Majestade Cartas do governo a várias autoridades Ofícios Atas da Câmara

Tabela 1: Fontes consultadas por Kátia Mattoso

João José Reis

Publicação	Fontes Consultadas
Rebelião Escrava no Brasil: A história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.	Atas da Câmara
A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.	Postura Ofícios do governo à Câmara Atas da Câmara Requerimentos

Tabela 2: Fontes consultadas por João Reis

Wlamyra Ribeiro de Albuquerque

Publicação	Fontes Consultadas
Algazarra nas ruas: Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923). Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.	Postura Requerimentos Ofícios Atas da Câmara Dois de Julho Auto de infração
Santos, Deuses e Heróis nas ruas da Bahia: Identidade cultural na primeira república. In: Afro-Ásia _ n.18, p103 a 124. 1996	Requerimentos Atas da Câmara

Tabela 3: Fontes consultadas por Wlamyra Albuquerque

Complementando a estudo foram analisados os perfis dos consulentes do mesmo setor durante os anos de 1999 a 2008. Dos 345 usuários analisados destacamos:

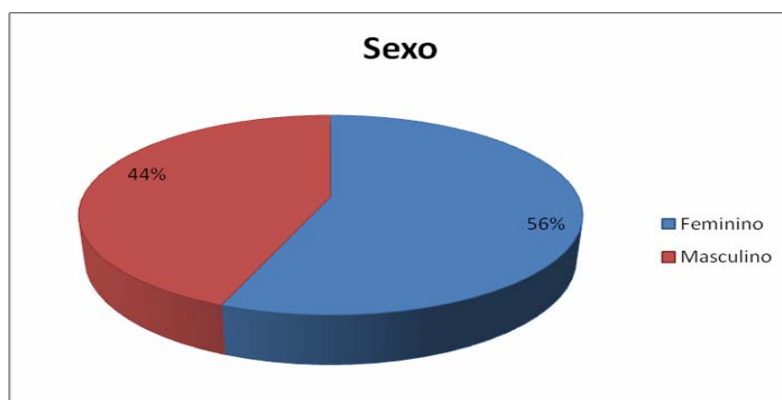


Gráfico 1: Sexo dos Consulentes

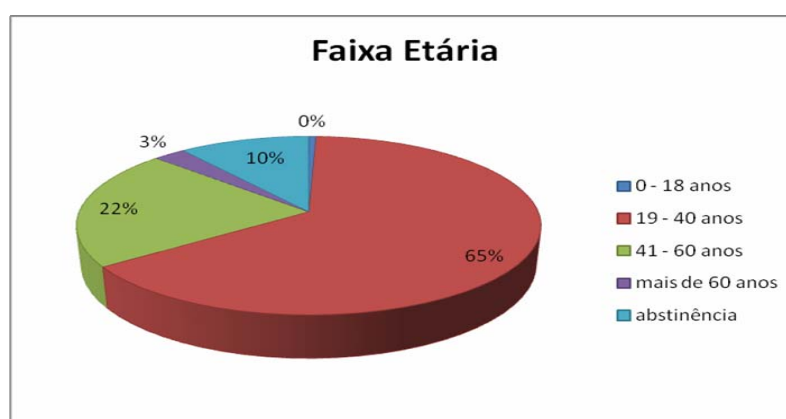


Gráfico 2: Faixa Etária dos consulentes

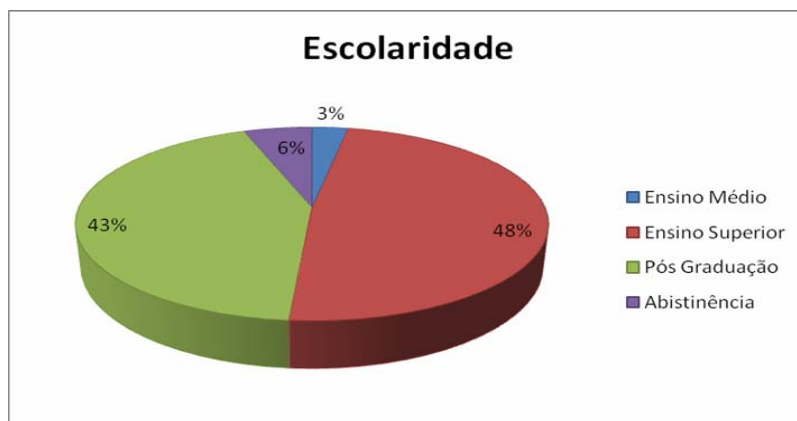


Gráfico 3: Escolaridade dos consulentes

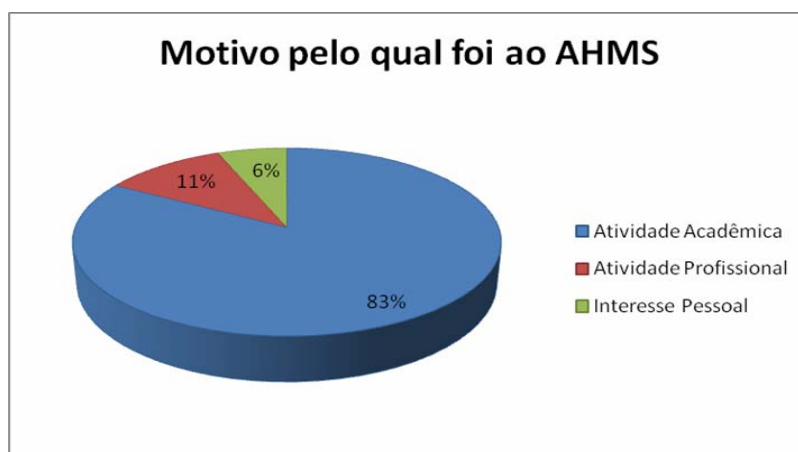


Gráfico 4: Interesse do consulente ao encaminhar-se ao AHMS

De todo o acervo textual manuscrito do setor de arquivos permanente do AHMS, os documentos mais requisitados pelos consulentes são as Atas da Câmara e as Posturas Municipais, que permitem contemplar diversas facetas da vida cotidiana em Salvador.

A série documental “Atas da Câmara” é composta por documentos referentes às atas das reuniões da Câmara Municipal de Salvador e concernente a relação entre o poder local e o processo de organização do espaço urbano e da vida na cidade colonial. Ao todo são 131 livros devidamente encadernados, sendo a série mais extensa do AHMS.

As atas, de 1625 a 1890, incluem resoluções sobre toda a estrutura administrativa da cidade como núcleo primeiro da vida administrativa da colônia, com um pormenor glorioso: o Senado da Câmara, estabelecendo a origem e evolução do poder local. A partir de 1890 as atas passaram a registrar as deliberações exclusivamente do poder legislativo de Salvador.

De acordo com as atribuições da Câmara Municipal de Salvador, responsável por toda atividade dos poderes executivo e legislativo até 1890, através dos registros das atas pode-se

resgatar a vida cotidiana e o crescimento da cidade bem como episódios marcantes como “a respeito do feliz acontecimento da chegada de S.^r. A.^l. R.^{es}. a essa cidade” (ATA DA CÂMARA, 1801 a 1816, p. 135v).

Bem como observar fatos históricos importantes para o Brasil como da ata da sessão extraordinária de 16 de novembro de 1889 quando “o S.^r. D.^f. Presidente declarou que reunira a Câmara extraordinariamente em vista de graves acontecimentos que se tem dado desde ontem na côrte [...] [a respeito da] alteração da ordem de cousas estabelecidas pela constituição do Império” (p. 36 v) e suas resoluções quando dizem: “que a Bahia se mantem fiel ao governo do imperador” e que “essa nova forma de governo nenhuma felicidade vem trazer ao paiz” (p. 37 r).

Relatos de fatos históricos importantes para o estado da Bahia, como a instauração do exército pacificador para estabelecer a ordem quanto aos acontecimentos que promoveram a independência da Bahia no dia 02 de julho de 1823 (ata da câmara, 1816 a 1828, p. 145 v) e a ata da instalação da República Bahinense - A Sabinada, em 07 de novembro de 1837 com o levante do Forte de São Pedro. (ATA DA CÂMARA, p. 272)

Cabe acrescentar que parte significativa da documentação acima referida já está publicada favorecendo o amplo acesso à consulta. Precisamente 10 livros de Atas da Câmara, 1625 a 1765, estão disponível para consulta na Biblioteca de apoio ao AHMS e 01, 1765 a 1775, se encontra no prelo.

As Posturas Municipais compõe a série documental mais interessante, pois regulamenta a vida da população baiana no período entre 1650 e 1936. Esta série é formada por 09 livros nos quais constam as penalidades³ aplicadas aos moradores de Salvador e outras vilas da Bahia, em função do maior ou menor grau de cumprimento das posturas elaboradas pela Câmara Municipal da Província da Bahia e aprovadas pela Assembléia Legislativa da mesma.

Por se constituírem os pilares da normatização da cidade de Salvador, nada lhes escapa, nem mesmo o mais corriqueiro comportamento individual e desinteressado. Ao contrário, nelas estão previstas cada passo, cada atitude possível e cada princípio a ser preservado. Alguns fragmentos de certas posturas são esclarecedores, como se lê a seguir: “Por todo e qualquer remedio falsificado, e corrupto, ou por qual quer receita alterada pagará o Boticário que o vender, ou que altera-la 20#000 reis de condenação” (POSTURAS MUNICIPAIS 1829-1859, n. 16, p. 13v)

³ Penas em valores monetários e/ou de liberdade individual

As posturas referentes à escravidão foram transcritas e editadas no livro *Repertório de fontes sobre a escravidão existentes no Arquivo Municipal de Salvador – 1631 a 1889*, que se encontra disponível na Biblioteca de apoio ao Arquivo. Como por exemplo:

“Todo o escravo africano que fosse encontrado à noite nas ruas sem bilhete de seu senhor em que declarasse onde ia, o seu nome e procedência, seria multado em 1.000 réis ou quatro dias de prisão” (POSTURA, 1850, p. 102v)

CONCLUSÃO

Os Arquivos históricos constituem um tipo de cultura e centros dinâmicos de informação composto por documentos preservados em caráter definitivo e, os dados aqui apresentados revelam a importância das fontes textuais manuscritas do setor de Arquivos Permanentes do Arquivo Histórico Municipal de Salvador para a história e memória da capital baiana.

Vale observar ainda, que, para a historiografia brasileira, o acervo do AHMS é significativo, importante e raro. De fato, abrange o período em que Salvador foi a primeira capital do Brasil colonial, quando se iniciou toda a nossa história.

Sendo assim, as consultas às fontes custodiadas e disponibilizadas pelo AHMS permitem que os pesquisadores acadêmicos-científicos possam resgatar os principais fatos e personagens da história dessa cidade.

O Arquivo Histórico Municipal de Salvador, criado em 1931 com o nome de *Arquivo Geral da Prefeitura* com a função de recolher e conservar os documentos do poder municipal, é atualmente o responsável pela gestão do patrimônio documental do município e pelo estímulo à pesquisa histórica e cultural da capital baiana enquanto custodiador da memória político-administrativa da cidade.

A ruptura com sua antiga função – guardião – para a de disseminador de informações a partir das publicações do acervo e da disponibilização das suas fontes em meios de comunicação como a internet, faz do AHMS importante espaço para entendermos a história da cidade de Salvador e do seu povo. Pois, enquanto detentor da memória soteropolitana servirá de suporte para a constituição da sua história.

História, como estudo do passado, que deriva, portanto da busca pela compreensão do presente na reconstrução de fatos e na evocação da memória para elaboração de identidade.

Entretanto muito ainda tem que ser feito. O AHMS carece de políticas públicas para incentivar seu pleno funcionamento. A falta de conhecimento quanto à existência do Arquivo

Histórico Municipal de Salvador, bem como o seu horário de atendimento (das 13h30min às 18h30min) prejudica na estratégia de divulgação do espólio documental para a historiografia.

No que diz respeito à Bahia, especificamente a Salvador, a falta de pesquisas contínuas e sistemáticas nas fontes custodiadas pelo setor de arquivos permanente não se deveu à inexistência das mesmas. Ao contrário, é abundante a documentação existente e disponível no AHMS.

Porém, nota-se uma baixa produção historiográfica a partir da consulta do acervo, mesmo com alta demanda de pesquisas realizadas no setor de arquivos permanente. A maioria das consultas são realizadas por estudantes, em diversos níveis de escolaridade, em busca de subsídios para construção dos seus trabalhos acadêmicos. Poucos são os pesquisadores que vão ao AHMS com interesse em realizar publicações das suas pesquisas.

Observa-se também que há uma pequena parcela de pessoas que buscam o setor com interesses pessoais como construção da genealogia familiar, visto que o acervo possui certidões de nascimento, de casamento e de óbito da população soteropolitana.

Por fim, um arquivo histórico como o Municipal de Salvador tem a obrigatoriedade e responsabilidade de preservar o patrimônio arquivístico para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **Algazarra nas ruas: Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. **Atas da Câmara**. 1642 – 1649, 1801 – 1816, 1816 – 1828 e 1889.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. **Posturas Municipais**. 1829 – 1859.

BRASIL, ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005. 232 p.

BARROS, Fátima. **Arquivos históricos nos dias de hoje: aliciantes desafios, múltiplos papéis**. Disponível em: <http://badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM79.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2008. s.d.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2007.

CUNHA, Vanda Angélica da. **Memória, Sociedade e Mídia Impressa: a experiência do Arquivo Histórico Municipal de Salvador**. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.]. – 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia: A Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: HUCITEC, 1978. (Col. Estudos Brasileiros, v. 12)

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Da revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX**: Itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A Crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações**. In: Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas / Organizadora Zélia Lopes da Silva. – São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.

NUNES, Antonietta D'Aguiar. **Valor histórico do documento**. Salvador. 1989

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. **Acta da inauguração do Arquivo Geral da Prefeitura**. Salvador: [s.n.]. 1932.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. **Repertório de fontes sobre a escravidão existentes no Arquivo Municipal de Salvador: As Posturas (1631/1889)**. 1988. 103p.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROSADO, Rita de Cássia S. de Carvalho. **Memória Histórica: Colégio Dois de Julho. 1927-1997**. Salvador. Colégio 2 de julho. 1997.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

RUY, Afonso. **História da Câmara Municipal da Cidade de Salvador**. 2.ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador. 1996.

SALVADOR. **Ato nº 39**, 11/04/1932. Regulamento do Arquivo Geral da Prefeitura.

SALVADOR. **Ato nº 112**, 23/11/1931. Criação do Arquivo Municipal.

SALVADOR. **Decreto nº 11.962**, 30/03/1998. Altera o Regimento da Fundação Gregório de Mattos – FGM e dá outras providências.

SALVADOR. **Decreto nº 11.951**, 23/03/1998. Altera o Estatuto da Fundação Gregório de Mattos – FGM e dá outras providências.

SALVADOR. **Decreto nº 9.236**, 5/12/1991. Institui o recolhimento de publicações governamentais da Prefeitura Municipal de Salvador e dá outras providências.

SALVADOR. **Decreto nº 9.040**, 19/07/1991. Aprova o Regimento da Fundação Gregório de Mattos – FGM e dá outras providências.

SALVADOR. **Decreto nº 8.759**, 23/10/1990. Dispõe sobre a conservação, preservação e destinação de documentos, e dá outras providências.

SALVADOR. **Decreto nº 7.622**, 23/05/1986. Institui e aprova o Estatuto da Fundação Gregório de Mattos – FGM, e dá outras providências.

SALVADOR. **Lei nº 4.508**, 9/02/1992. Institui o recolhimento de publicações governamentais na Câmara Municipal de Salvador, para fins de preservação da memória do Município.

SILVA, Adriana Sousa. **O olhar do governo estadual baiano diante do profissional da informação arquivista**. Monografia apresentada para obtenção do título de bacharel em Arquivologia / Universidade Federal da Bahia. 2005. 92p.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. V. 2. Anotador, Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Official do Estado. 1925.

TEIXEIRA, Antenor. **Arquivo Municipal da Cidade do Salvador**. Salvador: s.n. 1982.